



As obras do aterro estão paralisadas, mas a maré está ativa

Aterro em Camburi está sendo levado pela maré

O aterro da Praia de Camburi, um investimento que já consumiu Cr\$ 14,8 bilhões, está sendo levado pela maré. O serviço está paralisado há quase três meses e a Prefeitura de Vitória ainda tem dúvidas quanto à sua continuidade. Ontem pela manhã, o secretário de Planejamento da capital, Guilherme Dias, disse que no prazo máximo de 15 dias a PMV irá se posicionar sobre a continuidade ou não do trabalho. O dinheiro gasto até o momento foi bancado pela Companhia Vale do Rio Doce, segundo a Secretaria da Fazenda da PMV.

O então secretário de Obras da PMV, Teteco Queiroz do Valle, na edição do dia 15 de junho último, de A GAZETA, informou que naquela semana definiria se o restante do aterro seria realizado ou se o contrato com a Enterpa, empresa paulista responsável pelo serviço, seria cancelado. De lá para cá o impasse da PMV em torno da questão persiste. Guilherme Dias explicou que aguarda o parecer técnico a ser emitido pelo Instituto Nacional de Pesquisa Hidroviária, órgão federal sediado no Rio de Janeiro, para a administração decidir o que será feito.

Sem adjetivos

O secretário do Planejamento evitou utilizar qualquer adjetivo para definir o projeto de aterro da praia, a forma de contenção da erosão da areia, provocada pela mudança da corrente marítima, escolhida pela administração do então prefeito de Vitória, Vitor Buaid.

O atraso no cronograma do serviço, que deveria estar concluído no mês de abril último, foi posteriormente prorrogado, a pedido da empresa, para este mês. Isso trouxe à tona o debate em torno do aterro da praia de Camburi. Até o momento só foi feito um quarto do aterro, o que corresponde a cerca de 53 mil metros cúbicos do planejado, de acordo com a Enterpa. O projeto do aterro envolve ao todo um volume de 200 mil metros cúbicos de areia, orçados em US\$ 700 mil (Cr\$ 41,32 bilhões) hoje, de acordo com Guilherme Dias. No mês passado, a previsão da Enterpa era de que o serviço fosse concluído em novembro.

A draga que ficava localizada a três quilômetros da praia foi levada, no dia 15 de junho último, para reparos num estaleiro de Niterói, no Rio de Janeiro. Um engenheiro da Enterpa informou que o equipamento, encarregado pela retirada e transporte da areia, conduzida do fundo do mar até a areia da praia, parou de funcionar no dia 21 de abril último devido a um acidente que provocou um furo no casco da embarcação. A água do mar acabou alagando a praça de máquinas e atingindo o motor da draga. O retorno do equipamento a Vitória está condicionado a uma resposta da PMV pela continuidade do restante do aterro, segundo disse, ontem, o representante da Enterpa, no Espírito Santo, Miguel Boabaid.

Nada a declarar

A reunião com a Enterpa não está ainda marcada. Guilherme Dias, ao ser abordado se a destruição do aterro não significava um desperdício, limitou-se a responder um "nada a declarar". Questionado se a PMV irá acatar a posição do Instituto Nacional de Pesquisa Hidroviária, independentemente de seu custo, disse: "Não há obra cara ou barata. Há as que funcionam e as que não funcionam. Se a solução por acaso não for essa (aterro) e for mais cara, teremos que discutir a forma como iremos viabilizá-la".

Sobre o possível cancelamento do contrato com a Enterpa, Guilherme Dias explicou que a PMV não seria penalizada com o pagamento de multas, por exemplo. "Há flexibilidade de rescisão no contrato", garantiu. Miguel Boabaid, ao contrário, informou diante desta possibilidade: "Todo o contrato tem uma série de implicações, de penalidades caso deixe de ser cumprido, mas pode-se fazer uma rescisão amigável".

A Enterpa não quis se posicionar sobre o possível rompimento do contrato com a PMV. "Não queremos tumultuar. Vamos aguardar o prazo pedido pela Prefeitura". A Assessoria de Comunicação Social da CVRD foi procurada ontem pela manhã para se manifestar, mas o responsável pelo setor não foi localizado.